



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Jornal do **Dia** 19 e 20/07/2015

cidad

Sindicato vai ao MP contra vigias armados em escolas

Gabriel Damásio

gabrieldamasio@jornaldodiase.com.br

A presença de vigilantes de empresas privadas em escolas da rede estadual de ensino, fazendo inclusive a segurança armada das unidades, ainda causa polêmica e começa a apresentar seus primeiros problemas: os profissionais alegam que passaram a ser mais vigiados por bandidos interessados em roubar as suas armas de trabalho. Neste sentido, o Sindicato dos Vigilantes Públicos do Estado de Sergipe (Sindvipse) vai formalizar, nos próximos dias, uma representação ao **Ministério Público Estadual (MPE)**, alegando que a Secretaria Estadual de Educação (Seed) descumpriu normas e recomendações contrárias da Polícia Federal e até do Ministério da Educação (MEC), ao permitir que os profissionais terceirizados permaneçam armados durante a noite nas escolas, desde fevereiro deste ano.

A atitude do sindicato foi tomada depois do primeiro roubo de armas ocorrido desde a implantação da vigilância terceirizada na rede da Seed. Na noite da última quarta-feira, um revólver calibre 38 foi levado da Escola Estadual Jornalista Paulo Costa, no conjunto Bugio (zona oeste de Aracaju). Segundo a polícia, o assalto foi praticado por um homem que aproveitou a troca de turno dos vigilantes e, depois de agredir os a tapas, conseguiu ter acesso ao cofre onde a arma estava guardada. Em seguida, o ladrão fugiu, sem ser identificado. Segundo as primeiras informações, o marginal disse aos seguranças que sabia da presença da arma na Paulo Costa e

que a informação foi passada por um aluno de lá.

O presidente do Sindvipse, José Ferreira de Souza Júnior, garante que este não foi um incidente isolado ocorrido nas escolas públicas desde a presença dos vigilantes terceirizados. O mais sério aconteceu antes na Escola Estadual Professora Júlia Teles, no Conjunto Jardim, em Nossa Senhora do Socorro (Grande Aracaju), quando os funcionários foram ameaçados de morte por pelo menos quatro marginais que passaram pela porta do local, dizendo que iriam matá-los se os terceirizados continuassem trabalhando ali. As ameaças, ligadas supostamente a traficantes de drogas que agem no conjunto, fizeram a empresa responsável ameaçar retirar suas equipes da Júlia Teles, caso nenhuma providência seja tomada quanto à segurança externa.

No mês passado, ainda de acordo com o Sindvipse, outros três vigilantes contratados foram agredidos por assaltantes armados que invadiram as escolas durante a noite e também procuravam pelos revólveres, sendo um na própria Escola Paulo Costa, outro no Colégio Estadual Governador Albano Franco, no Santa Maria (zona sul), e outro no CAIC Jornalista Joel Silveira, no Conjunto Marcos Freire I, em Socorro. Nos três casos, as vítimas estavam desarmadas e os ladrões acabaram levando outros objetos. Todas estas ocorrências foram registradas em boletins de ocorrência na Polícia Civil.

"O governo acabou colocando um problema de segurança pública dentro das escolas", define Ferreira Júnior, ao lembrar que os próprios servidores efetivos da

área também passaram a ser mais visados, desde a implantação da segurança armada nas escolas. "Nós, vigilantes públicos, estamos há 30 anos nas escolas do Estado e nunca precisamos andar armados dentro das escolas. E agora, depois que esse esquema foi implantado, os marginais passaram a também ameaçar os vigilantes efetivos, porque acham que nós também estamos com armas dentro das escolas. sem contar que, se um vigilante reagir armado e começar uma troca de tiros, os alunos e professores também ficam em risco", disse ele.

O sindicalista lembra ainda que o porte de arma dentro das unidades escolares é desaconselhada pelo MEC e por uma norma da Polícia Federal, as quais preveem que a segurança armada não pode ser adotada em locais de grande movimentação de pessoas, principalmente escolas e hospitais. "Você pode ver que nenhuma destas escolas privadas atua com vigilância armada, porque existe essa recomendação da PF. E a Secretaria não obedeceu a esta recomendação, em vez de buscar soluções alternativas", afirma Ferreira, referindo-se à implantação de um sistema de monitoramento eletrônico, com ativação de alarmes, e à reativação da Companhia de Segurança Escolar (CSE), uma unidade da Polícia Militar que fazia o serviço de ronda nas unidades de ensino, em apoio aos vigilantes públicos desarmados. "A ronda escolar é uma medida que funciona, e já é implantada aqui em Aracaju, inclusive. Desde que a Companhia Escolar acabou no Estado, os arrombamentos aumentaram em 300%", completa o representante.